

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: 70 ANOS PENSANDO SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E GEOPOLÍTICA

Guilherme Sandoval Góes*
Paulo Fagundes Visentini**

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de examinar a evolução do pensamento geopolítico brasileiro à luz dos grandes geopolíticos da Escola Superior de Guerra ao longo destes setenta anos de sua existência. Para tanto, pretende analisar três grandes eixos epistemológicos aglutinadores do pensamento da Escola Superior de Guerra: a Segurança, o Desenvolvimento e a Geopolítica, cuja conexão é identificada de forma científica. Em consequência, um dos grandes desafios do presente artigo é desvelar as bases teóricas de um possível projeto geopolítico autóctone do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Segurança. Desenvolvimento Nacional. Geopolítica.

BRAZILIAN WAR COLLEGE: 70 YEARS OF THINKING SAFETY, DEVELOPMENT AND GEOPOLITICS

ABSTRACT

This article aims to examine the evolution of Brazilian geopolitical thinking in the light of the great geopolitics of the Brazilian War College over the 70 years of its existence. In order to do so, it intends to analyze three major epistemological axes agglutinating the thinking of the Brazilian War College: Security, Development and Geopolitics, whose scientific connection is unquestionable. Consequently, one of the great challenges of the present article is to unveil the theoretical bases of a possible geopolitical project autochthonous of the Brazilian State.

Keywords: National Security. National Development. Geopolitics.

* Membro do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeronáuticas da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Doutorando em Geopolítica, Cultura e Direito pela UNIFA. Diplomado pelo Naval War College dos Estados Unidos da América (Newport, Rhode Island). Chefe da Divisão de Geopolítica e Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra (ESG). Contato: guilherme.sandoval@terra.com.br

** Professor Titular de Relações Internacionais/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dos PPG em Segurança Internacional e Defesa/ESG e em Ciências Militares/ECEME. Pesquisador do CNPq e Pós-Doutorado pela London School Economics. Contato: paulovi.ufrgs@gmail.com

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: 70 ANOS DE PENSAMIENTO, SEGURIDAD,
DESARROLLO Y GEOPOLÍTICA

RESUMEN

Este artículo pretende examinar la evolución del pensamiento geopolítico brasileño a la luz de la gran geopolítica de la Escuela Superior de Guerra durante los 70 años de su existencia. Para ello, pretende analizar tres ejes epistemológicos principales que aglutinan el pensamiento de la Escuela Superior de Guerra: Seguridad, Desarrollo y geopolítica, cuya conexión científica es incuestionable. En consecuencia, uno de los grandes desafíos del presente artículo es desvelar las bases teóricas de un posible proyecto geopolítico autóctono del Estado brasileño.

Palabras clave: Seguridad. Desarrollo Nacional. Geopolítica.

1 INTRODUÇÃO

É nesse diapasão que o estudo da evolução do pensamento geopolítico da ESG ajuda a promover o aperfeiçoamento das políticas públicas do Brasil, que devem se mover na direção de um marco legal mais sofisticado e que seja coerente – a um só tempo – com a normatividade internacional e o sentimento nacional de desenvolvimento econômico e social. Destarte, o presente trabalho acadêmico tem a pretensão de examinar a reconfiguração das estruturas hegemônicas do macropoder mundial e seus impactos sobre a geopolítica do Brasil no século XXI.

Para tanto, tal abordagem tem como eixo dominante o exame do encontro epistemológico entre a globalização neodarwinista, a geopolítica mundial e o projeto nacional de desenvolvimento, dentro de uma simbiose capaz de viabilizar a concepção de arquétipos geopolíticos autóctones de rompimento do ciclo da periferia, retirando destarte o Brasil da condição de *Estado de modernidade tardia*, vale explicitar, nação subdesenvolvida da periferia do sistema internacional.

Ou seja, urge ao estrategista pátrio compreender a complexa mundialidade pós-Guerra Fria, que traz no seu imo a globalização neodarwinista acirrada pela disputa dos centros mundiais de poder e cuja dinâmica coloca em tensão o eurasianismo mackinderiano centrífugo (China e Rússia) e o euro-atlantismo centrípeto (EUA, União Europeia e Japão).

Eis aqui o grande desafio da geopolítica brasileira do século XXI: conceber um paradigma de inserção internacional dentro de um contexto mundial paradoxal que tanto pode gerar desenvolvimento econômico e social quanto agravar ainda mais a pobreza, a degradação ambiental, a fome e a violação dos direitos humanos do Sul Global, aqui vislumbrado como o conjunto de nações subdesenvolvidas da África, América Central e Latina e a maior parte da Ásia.

Enfim, este é o espectro temático do presente artigo.

2 AS ORIGENS E CONTEXTO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

As origens da Escola Superior de Guerra (ESG) remontam ao Curso de Alto Comando, estabelecido em 1942 pela Lei do Ensino Militar, durante a Segunda Guerra Mundial. O Brasil rompia relações com o Eixo e iria participar das operações de guerra, inclusive na Itália. Era necessário desenvolver uma capacidade de planejamento estratégico e reflexão no campo da defesa. O curso esteve “hibernando” até 1948, quando foi criada a ESG, com cursos extensivos a oficiais das três armas. Mas o mundo estava mudando, pois se a Segunda Guerra Mundial terminara, estava surgindo uma nova fratura e tensão internacional, a Guerra Fria.

Para buscar subsídios, em 1948, o General César Obino, Comandante do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) visitou o National War College dos Estados Unidos da América (EUA). O militar considerou interessante a ênfase dessa instituição nos assuntos militares, mas considerou-a insuficiente para a situação do Brasil, país ainda em fase inicial de desenvolvimento e projeção internacional. Os norte-americanos, por sua parte, enviaram uma Missão Militar para colaborar na criação de uma instituição congênere no Brasil. Assim, em dezembro do mesmo ano, o General Oswaldo Cordeiro de Farias (que veio a ser o primeiro Comandante da ESG) foi encarregado de elaborar um projeto para o estabelecimento da ESG. Outro nome destacado na construção da Instituição foi o General Juarez Távora.

A comissão brasileira por ele comandada considerou que era necessário ampliar o escopo utilizado no National War College. Dessa forma, não procede a afirmação de que se tratou de uma “cópia” do modelo institucional vigente nos EUA. Havia consciência de que a reflexão, a análise e a formulação de Estratégias de Defesa do Brasil necessitavam contribuir, igualmente, para a coesão e o fortalecimento nacionais, diferentemente dos Estados Unidos, uma superpotência. Segundo Antônio de Arruda (1980, p. 2):

[...] no Brasil, porém, mais do que a preparação para a guerra, a tarefa prioritária seria a de formar elites para a solução de problemas do país, em tempo de paz. Dessas considerações nasceram os princípios formulados com rara intuição e que tiveram marcante influência na gênese e na evolução da ESG. São eles: 1) A Segurança Nacional é uma função mais do potencial geral da Nação do que do seu potencial militar. 2) O Brasil possui os requisitos básicos (área, população e recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência. 3) O desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção. (ARRUDA, 1980, p. 2).

Esses itens, juntamente com outros, faziam parte do documento de formação da ESG. Conforme citado por Antônio Arruda (1980), a instituição deveria analisar e propor soluções para os problemas de Segurança Nacional mediante:

a) *Um método* de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares, que condicionam o Conceito Estratégico Nacional. b) *Um ambiente* de ampla compreensão entre os grupos nela representados, de forma a desenvolver o hábito de trabalho em conjunto e de colaboração interdepartamental. c) *Um conceito* amplo e objetivo de Segurança Nacional que servisse de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo *desenvolvimento do potencial* e pela Segurança do País.¹ (ARRUDA, 1980, p. 3).

Considerava-se necessário superar o que era entendido como um dos traços arraigados peculiares do Caráter Nacional brasileiro, o individualismo. De fato, o mundo passava por profundas transformações econômicas e político-militares e o Brasil recém estava iniciando a superação de traços histórico-sociais arcaicos. Ao longo da Revolução de 1930, da Grande Depressão e da Guerra Mundial, o país encontrava-se na primeira fase de sua industrialização e urbanização. Observa-se que, apesar de críticas feitas *a posteriori*, a criação do que pode ser considerado o primeiro *Think Tank* brasileiro, a ESG, constituía uma iniciativa inovadora e necessária.

Após a Segunda Guerra Mundial, e, em decorrência de seu envolvimento nela, o Brasil se tornara um aliado dos Estados Unidos e encontrava-se no hemisfério Ocidental, área de projeção de Washington. Por sua contribuição ao campo Aliado no conflito, o Brasil buscava nos EUA tanto inspiração como apoio ao seu desenvolvimento e segurança. Mas isso ocorria em um contexto em que a superpotência norte-americana tinha que manter um envolvimento mundial (especialmente nas “fronteiras quentes” da Guerra Fria). As atenções de Washington estavam mais voltadas à Europa (dividida pelos Acordos de Ialta) e à Ásia Oriental, onde o socialismo chegara ao poder na China em 1949.

Além disso, a Guerra Fria representava tanto *um conflito como um sistema*. Havia um antagonismo ideológico e militar entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Todavia, no contexto das armas atômicas, elas acertaram um *modus vivendi* informal, para evitar uma guerra de mútuo extermínio, com certo respeito às respectivas áreas de influência. Nesse contexto, o Brasil constituía um aliado importante, mas não estratégico, para os Estados Unidos, por sua posição geopolítica periférica. Mas isso mudaria na passagem da década de 1950 a de 1960.

1 O autor faz citação dos Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra, página 3.

Apesar de o Brasil ser parte integrante e ativa do bloco Ocidental durante a Guerra Fria, com ênfase em questões de segurança, as bases de seu pensamento estratégico eram modernizadoras, nacionalistas e desenvolvimentistas. O pensamento crítico aos contornos agrário-oligárquicos regionalistas da Primeira República, expresso nas obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, apoiava-se nesses valores (VISENTINI, 1983). Eles também eram baseados em militares cientificistas do final do Império e do início da República, que serviram de inspiração ao Movimento Tenentista nos anos 1920. A ideia de modernização social e tecnológica, centralização estatal e desenvolvimento econômico tiveram na Revolução de 1930 de Vargas e na Segunda Guerra Mundial elementos catalisadores. Muitos desses pensadores intelectuais e militares tiveram participação política ativa na construção desse Brasil moderno.

Após 1945, com o retorno à democracia dos partidos, o processo teve continuidade, mas num quadro em que o êxodo rural e a formação de novos segmentos sociais tensionavam o sistema político vigente. Havia uma polarização na sociedade, em plena Guerra Fria, com diferentes formas de nacionalismo se manifestando. Algumas reflexões sobre ameaças à segurança externa de tipo convencional foram feitas na ESG e fora dela, mas logo o foco mudaria, como se verá adiante.

Ao longo dos anos 1950, apesar da polarização política que emergia e se materializava em determinadas conjunturas, chama atenção a pluralidade dos conferencistas dos cursos da ESG, mesmo após haver certa cristalização antagônica entre a Escola e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) (ARRUDA, 1980). No contexto da situação de instabilidade surgida a partir de 1961, com o Governo Jânio Quadros e sua Política Externa Independente (mas que já era latente desde o suicídio de Vargas), o engajamento da ESG rumo a 1964 foi mais intenso. Militares renomados que atuaram em seus quadros, como os Generais Castello Branco (depois Marechal), Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, seriam protagonistas decisivos nos acontecimentos.

Também contribuiu para isso a eclosão da Revolução Cubana (1959) e sua derivação para um regime socialista em aliança com a URSS (1961), que atingiu o paroxismo com a Crise dos Mísseis (1962). A Guerra Fria era internalizada no Hemisfério Ocidental e, tangencialmente, enquadrava o descontentamento social que se expressava através das políticas do populismo latino-americano. Além da simpatia de movimentos de esquerda em todo o continente, o comportamento internacional dos líderes cubanos, apoiando oposições nos países que os isolavam, agravou a situação.

Após a renúncia de Quadros, a situação de instabilidade agravou-se durante o errático Governo Goulart, conduzindo a uma tensa polarização, que culminou com a implantação do Regime Militar em 1964. Todavia, ainda que os elementos de ruptura institucional tenham sido amplamente estudados e denunciados, é

importante que se analise também os traços de continuidade que, uma década depois, surpreenderiam muitos analistas. Houve uma “correção de rumos”, mas as políticas de desenvolvimento e modernização não foram abandonadas. Pelo contrário, foram aprofundadas. Samuel Huntington (1975), em sua obra *A ordem política nas sociedades em mudança*², analisou a situação de instabilidade que acompanhava o processo de modernização em nações que se encontravam em estágios iniciais de desenvolvimento. Ainda que partisse de um estudo teórico amplo, seu foco analítico era a América Latina, admitindo, implicitamente, a ideia de um regime autoritário, mas institucionalizado, como forma de transição rumo ao desenvolvimento a uma democracia estável.

De 1964 a 1985, a ESG constituiu um *locus* privilegiado de discussão, análise e propostas, com o amadurecimento de alguns dos seus conceitos-chave e a transformação de outros, como se verá adiante, atuando como um *Think Tank* com grande capilaridade no Estado e na sociedade – inclusive através da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESGs). Na mesma linha, na sequência representou um fórum onde foi analisada a transição rumo à abertura política. Vale a pena recordar a Conferência “Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo”, proferida na ESG em 1980 pelo General Golbery do Couto e Silva (1981). Nela, ele analisa os movimentos de “Sístoles e Diástoles na vida dos Estados”, aplicando ao Brasil os ciclos de centralização e descentralização que se alternam historicamente, colocando em perspectiva estratégica as reformas liberalizantes então em curso.

A década seguinte foi marcada por mudanças impactantes: a crise da dívida externa (que afetou o desenvolvimento), a Nova Guerra Fria, a Nova República e sua Constituição de 1988 e o fim da Guerra Fria. Com o desaparecimento da URSS e o advento da globalização e das políticas neoliberais, o cenário estratégico do conceito de Segurança e Desenvolvimento sofre uma alteração qualitativa. Diversos postulados da ESG pareciam ameaçados e houve muitas personalidades e autoridades que consideravam que a Escola já não teria mais utilidade, uma vez que a noção de planejamento estratégico nacional recuava frente a de mercado global.

Mas não foi isso que aconteceu. Em 1999, ela foi vinculada ao Ministério da Defesa, recém-criado, e em 2008 foi anunciada a sua transferência para Brasília, onde foi aberto um campus. Todavia, apenas em 2019 a transferência ocorre, com a permanência de algumas atividades na sede histórica, no Rio de Janeiro. Assim como nos anos 1980, novamente o cenário estratégico mundial e nacional passa por grandes transformações e incertezas. Nesse quadro, a instituição segue sendo um *Think Tank* onde se analisa os desafios e as possibilidades futuras, inclusive com um Mestrado em Segurança Internacional e Defesa.

2 Publicado em 1968 nos Estados Unidos.

3 SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

O binômio *Segurança e Desenvolvimento* constitui, comumente, a marca registrada através da qual a ESG é conhecida. Alguns críticos analisam como conceitos dissociados, enquanto a instituição as considera como elementos interligados e indissociáveis. A questão começou, no contexto da Guerra Fria, com a tentativa de diferenciar Segurança e Defesa. Segundo Antônio de Arruda (1980), com base nos documentos elaborados na ESG: “a defesa prende-se a um sentido estritamente militar. É um conceito que põe ênfase nas perspectivas de agressão externa, cuja repulsa cabe às Forças Armadas, [e] que se identifica com os tempos em que a guerra convencional dominava inteiramente o campo militar”.

Todavia, segundo o autor e os documentos produzidos, os tempos haviam mudado:

Essa noção se tornou insuficiente com o aparecimento de novas formas de conflitos, sobretudo a Guerra Revolucionária, [que] visa à conquista do poder pelo domínio progressivo da população, após desagregá-la, desde suas bases. E contra o perigo trazido por essas novas modalidades de agressão – que procuravam invadir não territórios, mas mentes desprotegidas – tornaram-se insuficientes as forças militares, mesmo as mais poderosas. Verificou-se que não basta a simples DEFESA, mas seria necessário algo mais eficiente. Surgiu, pois, a noção de SEGURANÇA, encarada como um estado de alerta, de prevenção, de consciência do perigo. (ARRUDA, 1980, p. 19).

Era a dimensão internalizada da Guerra Fria, segundo a concepção dos anos 1950 e 1960. Segundo o General Lyra Tavares:

Segurança é um *estado*, ao passo que a Defesa é um *ato* [...] diretamente ligado a determinado tipo de ameaça caracterizada e medida. A Defesa organiza-se para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança [...] é estabelecida como doutrina integral contra qualquer tipo de ameaça que ela própria – a Segurança – torna inoperante e desencoraja. (TAVARES, Lyra apud ARRUDA, 1980, p. 20).

Em Conferência na ESG, o Marechal Castello Branco argumentou, em 1967, que “A noção de Segurança é mais abrangente (que a de Defesa). Compreende a defesa das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna”. (ARRUDA, 1980, p. 20).

A esses dois conceitos, uma nova dimensão foi acrescentada (embora estivesse implícita desde o princípio), a de *Segurança Nacional*, formalizada a partir de Conferências do General Juarez Távora em 1953 e 1954. Em 1979, com poucas alterações, o Conceito constava na Doutrina Básica da ESG da seguinte forma:

Segurança Nacional é a garantia que, em grau variável, é proporcionada à Nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para a conquista dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais (ARRUDA, 1980, p. 21).

No que concerne ao binômio *Segurança e Desenvolvimento*, desde o princípio aspectos basilares dos Objetivos Nacionais, a conexão foi expressa pelo Presidente Castello Branco por ocasião da abertura dos Cursos da ESG em 1967. Segundo o Marechal, “Segurança e Desenvolvimentos estão ligados por uma relação de mútua causalidade, [pois] a verdadeira Segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social”. Curiosamente, um ano depois o Secretário de Defesa norte-americano, Robert McNamara (1968), publicou a obra intitulada *A essência da Segurança*, nela argumentava que “numa sociedade que está se modernizando, Segurança significa Desenvolvimento. Segurança não é [...] atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança é Desenvolvimento e, sem Desenvolvimento, não pode haver Segurança”.

A Divisão de Assuntos Políticos, então, definiu a questão nos seguintes termos:

Os dois aspectos da Política Nacional – o Desenvolvimento e a Segurança Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra estão interligados. Há, entre eles, uma interdependência que varia conforme os óbices que se opõem à Política Nacional, para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais [...]. Pode-se dar maior ênfase a um ou outro dos dois aspectos da Política Nacional. Mas a motivação para esse comportamento deve partir do pressuposto de que Desenvolvimento e Segurança são partes de um mesmo todo. Ambos têm em vista um fim supremo: *o Bem Comum*. (ARRUDA, 1980, p. 29).

Aqui cabe uma reflexão analítica sobre o binômio: historicamente, enquanto o desenvolvimento parece constituir um objetivo nacional permanente e estratégico, com raízes anteriores à criação da ESG, a segurança parece haver se tornado uma condição auxiliar necessária para a consecução do primeiro. O desenvolvimento, obviamente, não pode ser apenas econômico, pois implica mudanças sociais que

acompanham a industrialização e a urbanização. Mas as mudanças sociais provocam tensões e conflitos políticos, podendo configurar alternativas, conflitos e rupturas dentro do processo. Nos anos 1950, a “ameaça populista” era considerada a principal questão da segurança, algo que tinha a ver com a crise de governabilidade dos regimes então existentes. Após a revolução cubana, a “ameaça comunista” passou a ser encarada como o maior problema. Mas em meados dos anos 1970, com a derrota da luta armada promovida por grupos de oposição e a consolidação do Regime e do desenvolvimento, foi encaminhada a transição à democracia liberal multipartidária.

No caso do desenvolvimento industrial por substituição de importações que vigorou no Brasil de 1930 a 1990, e que atingiu seu apogeu durante o Regime Militar, prevaleceu o chamado “tripé”: empresas transnacionais, empresas privadas nacionais e empresas estatais. Na economia industrial, há o Departamento 1, bens de capital (máquinas); o Departamento 2, bens de consumo durável (como eletrodomésticos e automóveis), então para a classe média; e o Departamento 3, bens de consumo popular mais simples (como vestuário e utensílios domésticos). Ao longo de 60 anos, a substituição de importações deu prioridade, sucessivamente, a cada um deles: D3 nas décadas de 1930 e 1940, D2 nas décadas de 1950 e 1960, e D1 nas décadas de 1970 e 1980 (VISENTINI, 2009 e 2004). Ao contrário do que argumentaram posteriormente ideólogos da globalização neoliberal, não havia conflito entre os três vértices, mas complementaridade, e o modelo foi bem-sucedido, com o Brasil se tornando o único país ao sul do Equador com um parque industrial completo nos anos 1980.

As transnacionais dedicavam-se à produção de bens de consumo duráveis, enquanto as empresas privadas nacionais dedicavam-se aos bens de consumo popular e insumos, como as autopeças. Como a iniciativa privada brasileira ainda estava em amadurecimento, não havia capital suficiente para empreendimentos de infraestrutura, energia e bens de capital, de rentabilidade demorada. Então, coube ao Estado agir como “empresário” nesses setores (sempre associado aos demais), e foi muito eficiente. O modelo não fracassou, ele se completou e necessitava ser transformado, mas o mundo mudou dramaticamente na passagem dos anos 1980 aos 1990.

Por fim, cabe analisar uma das dimensões dos Objetivos Nacionais Permanentes, que hoje se encontra seriamente fragilizada, a *Identidade Nacional*, elemento de demorada maturação. Os Objetivos Nacionais Permanentes, segundo Antônio de Arruda (1980, p. 83), foram formulados na ESG pelo Professor Amoroso Lima em 1954. Segundo ele:

[...] o primeiro dever de uma nacionalidade é conservar a continuidade de sua natureza. A tradição é a raiz mais forte de um povo. É o aproveitamento, pelos pósteros, de tudo aquilo que de bom foi legado pelos antepassados. Não é apenas um direito, mas um dever.

As *forças de conservação*, segundo ele, seriam a unidade nacional, a autonomia regional, as características psicológicas, a língua, a família, o amor à cultura, as virtudes morais e a fé cristã. Já as *forças de progresso* seriam a prosperidade econômica, as liberdades cívicas e a disseminação da cultura. No mesmo ano, o General Juarez Távora acrescentou:

[...] a) a manutenção da independência política (sob regime democrático, republicano e federativo); b) consolidação da unidade do grupo nacional (através da ocupação efetiva do território e melhor integração política, econômica e social, com base nos princípios da equidade social); c) robustecimento da estrutura econômica; e, d) fortalecimento do prestígio da Nação no âmbito externo.

Partindo dos estudos de Gilberto Freyre, conferencistas da ESG destacaram características como a miscigenação entre descendentes de europeus, africanos, indígenas (diferentemente da América Hispânica) e asiáticos, enaltecendo o papel da “morenidade”. “A mística dessa característica se opunha à mística da exclusividade racial: negritude ou branquitude, como expressões políticas de raça”. O Professor José Fernando Carneiro, em 1966, resumiu os traços característicos da nacionalidade brasileira da seguinte forma: convicções débeis, espírito de conciliação, ausência de ideologias e apontou perspectivas. Considerava que o brasileiro era católico, mas não convicto, podendo adotar, simultaneamente, outros credos como o espiritismo, podendo ser comunista e umbandista ao mesmo tempo. Conciliava quando parecia que iria haver uma convulsão social perigosa, sendo avesso a raciocinar em termos estritamente ideológicos. Por fim, citando Euclides da Cunha, ressaltava que “nosso destino é progredir ou desaparecer. Temos de nos modificar, sem abandonar os traços fundamentais do nosso Caráter”, acima mencionados (ARRUDA, 1980, p. 81).

E esse é, exatamente, dentro da Questão Nacional, o que pode ser considerado o principal problema atual. A partir dos anos 1970-1980, cresceu a influência das chamadas *políticas identitárias*. Elas penetraram no Brasil, tendo origem na esquerda europeia ocidental pós-1968 e na ação de Fundações e ONGs norte-americanas e europeias, através da academia, dos meios culturais e da mídia. Hoje se expressa por meio de grupos de interesse, fragmentando a identidade brasileira. O *desenvolvimento Nacional* depende da existência de um *Projeto Nacional*. Mas esse não pode existir sem a sólida base de uma *Identidade Nacional*, que hoje se encontra fragmentada, especialmente após o surgimento das chamadas redes sociais.

A nação está se fragmentando e a população, especialmente os jovens, tem dificuldade em reconhecer sua identidade nacional, tentando buscar modelos além-mar ou emigrar para países ricos e supostamente estáveis. Mais do que ameaçado por determinadas ideologias políticas ou potências estrangeiras, o país encontra-se

cultural e socialmente fraturado, em meio a clivagens internamente contraditórias e ao domínio do “politicamente correto”, que paralisam a nação, ameaçam a governabilidade e bloqueiam a conformação de um Projeto Nacional adequado aos desafios do século XXI.

4 EM BUSCA DE UM PROJETO GEOPOLÍTICO AUTÓCTONE

Em sentido esguiano, é lúdico afirmar que o conceito de mundialidade pós-moderna quer dizer, tão somente, a passagem de um universo antagônico bidimensional, pautado na disputa ideológica entre duas superpotências de mesmo calibre cratológico (EUA e URSS), para um universo contraditório tridimensional, composto por três segmentos de antagonismos, que mesclam a supremacia militar inconstrastável dos Estados Unidos, a economia mundial quadripolar envolvendo o jogo desconcertado entre potências globais (Estados Unidos, China, Europa e Japão) e, finalmente, o jogo concertado entre os polos do macropoder mundial em relação ao resto do mundo, caracterizando aqui a verticalização de relações assimétricas de cunho leonino entre centros mundiais de poder e áreas periféricas de modernidade tardia, genericamente denominadas de Sul Global.

Com efeito, pode-se afirmar que a pós-modernidade geopolítica traz ínsita um conjunto de antinomias pós-estruturalistas, que viabilizam, na visão de Ignacio Ramonet (1998), uma **era do caos**,³ ou como preconiza Gearóid Ó Tuathail (1996), uma **era de geopoder**,⁴ ou, ainda, como quer Philip Bobbitt (2003), uma **era do Estado-mercado**.⁵

Com tal tipo de intelecção em mente, fica fácil compreender que a mundialidade pós-moderna estabelece um novo conceito de espaço vital (*lebensraum*), qual seja: a conquista de mercados e mentes. Em consequência, observe, com atenção, que a geopolítica contemporânea se afasta do conceito clássico de *lebensraum* atrelado à conquista de territórios, ou seja, atrelado à guerra de expansão territorial. Agora,

3 Ignacio (1998) põe a nu a ideia de civilização do caos dos novos senhores do mundo (conglomerados financeiros e industriais privados), do planeta saqueado (destruição sistêmica do meio ambiente), das metamorfoses do poder e suas formas negociadas, reticulares e horizontais (mídia, grupos de pressão e organizações não governamentais), do choque das novas tecnologias (lado a lado com o choque de civilizações das guerras étnicas) e tudo isso fazendo exalar nessa sociedade ocidental pós-moderna um mau cheiro de remorso e algo parecido com um sentimento de náusea. (RAMONET, 1998, p 7-12).

4 Gearóid Ó Tuathail introduz o conceito de geopoder com a ideia de que geografia é sobre poder, ou seja, a geografia do mundo não é um produto da natureza, mas um produto das histórias de luta entre autoridades competindo por poder para organizar, ocupar, e administrar espaço. (TUATHAIL, 1996, p. 61).

5 Philip Bobbitt, por sua vez, mostra que as relações internacionais sempre estiveram pautadas em dois grandes alicerces: a guerra e o comércio. Nesse sentido, o autor mostra que uma nova forma de Estado (o Estado-mercado) está emergindo desse relacionamento, mais ou menos do mesmo modo como surgiram as armas anteriores, desde o século XV: como consequência da guerra. (BOBBITT, 2003, p. 1).

em tempos de estatalidade pós-moderna, o que importa é ganhar musculosidade geopolítica para conquistar novos mercados, que se abrem em escala planetária.⁶

Isto significa dizer que a complexa ordem mundial contemporânea apresenta as seguintes características:

- a) no campo da evolução social do Estado, representa a mitigação do *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social), operado dentro de um contexto de intervencionismo estatal, em prol de uma revitalização do Estado Liberal, realizada dentro de um contexto de abertura mundial do comércio;
- b) no plano internacional, simboliza a transição de uma ordem bipolar de alta estabilidade estratégica para uma ordem mundial ainda em construção, mas, que é intensamente disputada por duas grandes perspectivas mutuamente excludentes: de um lado, a manutenção do **mundo americano**, capitaneado pela *pax hegemônica* dos Estados Unidos, atuando como única superpotência militar e tecnológica do planeta e, do outro, o surgimento do **mundo pós-americano**, caracterizado pela consolidação de uma ordem mundial multipolar, com crescente equilíbrio de poder de potências globais e regionais, tais como a China, Índia, Brasil e Rússia. (GÓES, 2019, p. 512-513).

Enfim, a falta de uma visão clara dessa ordem de considerações pode dificultar a elaboração de um projeto geopolítico genuinamente brasileiro, livre de interferências externas. No dizer do Professor Severino Cabral, Adjunto da Divisão de Assuntos Geopolíticos e de Relações Internacionais da ESG, tem-se que:

Portanto uma das consequências que se extrairão do avanço da reflexão, de uma visão brasileira contemporânea sobre o macropoder mundial, é a de situar as condições atuais do poder nacional, seus móveis, interesses e aspirações, realismo e idealismo políticos. Fazê-lo, pois, é retomar os termos propostos por San Tiago Dantas em seus magistrais ensaios desenvolvidos em estudos para a Escola Superior de Guerra (ESG), que definem não só os conceitos de poder nacional e de interesses vitais nacionais como os inserem no quadro das áreas dominantes mundiais. Aliás, o conceito de área dominante, que pode ser considerado um marco miliário do pensamento estratégico

6 Isto torna claro que há uma mutação disruptiva em relação à geopolítica clássica, tal qual vislumbrada por seus principais precursores, Friedrich Ratzel (1844-1904), fundador da Geografia Política durante o processo de unificação alemã e Rudolf Kjéllen (1864-1922), catedrático das Universidades de Gotemburgo e Upsala e autor do neologismo “Geopolítica”, que vislumbrava o Estado como um organismo geográfico vivo e, na sua esteira, a visão de que o espaço vital (*lebensraum*) do Estado era a conquista de territórios.

nacional, foi estabelecido no célebre estudo da conjuntura internacional do começo dos anos de 1950, intitulado “Problemas do Extremo Oriente”, e será aproveitado *in totum* nas análises de geopolítica e estratégia desenvolvidas por Golbery do Couto e Silva em seus cursos da ESG. (CABRAL, 2004, p. 17).

Nesse pensamento, toda essa análise feita até aqui serve para introduzir o estudo das relações de verticalidade entre os polos do macropoder mundial e a periferia do sistema mundial e, mais precisamente, a subordinação da América Latina aos Estados Unidos (Pan-América), dos países africanos em relação às potências europeias, notadamente o eixo Berlim-Paris-Londres (Euráfrica), dos países eslavos cristãos ortodoxos sob a liderança de Moscou (Pan-Rússia) e das nações da Ásia Oriental em relação ao Japão (Pan-Ásia).

No que tange à Pan-América, qualquer que seja a teoria geopolítica a considerar, desde a promulgação da Doutrina Monroe, em 1823, até os dias atuais, a política externa dos EUA vislumbra o continente americano como seu *lebensraum* exclusivo, vale traduzir, área geopolítica de influência estadunidense, que não admite a interferência de nenhuma outra potência mundial. Isto não significa dizer que a ideia do pan-americanismo seja nociva aos interesses geopolíticos latino-americanos ou brasileiros.

Ao contrário, em diversas ocasiões, como, por exemplo, nos governos militares durante a Guerra Fria, a aproximação com os Estados Unidos da América possibilitou a industrialização e o desenvolvimento geopolítico do Brasil, na medida em que aquele país aceitou a prática de políticas protecionistas, tendo em vista a mundialidade bipartida e a perene ameaça do expansionismo soviético na região sul-americana.⁷

Com efeito, no sentir de Carlos de Meira Mattos, traçando as linhas mestras da política exterior do Brasil, tem-se que:

Aqueles rumos deixados pelo barão do Rio Branco, baseados numa visão predominantemente continental, já se apresentam parcialmente superados. Uma visão presente e futura terá que ampliar-se até o campo ideológico, estratégico e econômico de nossa posição no planeta. [...] as linhas mestras de nossa política exterior podem se sintetizar nos seguintes conceitos: fidelidade ao Ocidente, fortalecimento do pan-americanismo, formulação de uma doutrina construtiva de comunidade luso-brasileira; aproximação política, econômica e cultural com as novéis nações africanas, particularmente com as da vertente atlântica. (MATTOS, 2011, p. 60).

7 Tal identificação com os EUA, como bem destaca Luiz Cláudio Duarte, “mostra-se ainda mais evidente nas reflexões do General de Divisão Carlos de Meira Mattos, reconhecido no meio militar como um dos mais importantes teóricos da geopolítica no Brasil e esguiano destacado” (DUARTE, 2014, p. 122-123).

No entanto, sem embargo dessa importante aproximação com os Estados Unidos e com a ideia do pan-americanismo, impende salientar que, no plano acadêmico, é importante examinar as teorias geopolíticas contemporâneas que serviram de base para a consecução de relações verticalizadas no sentido centros hegemônicos de poder mundial e países da periferia retardatária do sistema mundial.

Neste mister, torna-se necessário trilhar a via acadêmica do pensamento geopolítico mundial e, em especial, as suas vertentes haushoferiana (teoria das pan-regiões), jacques-brochardiana (teoria das casas ou zonas monetárias) e brzezinskiana (teoria da tríade), dentre outras. Com efeito, tais constructos teóricos servem de pano de fundo para a explicação do quadro de hierarquização geopolítica envolvendo nações ricas e pobres.

Assim sendo, a primeira escola que se pretende ressaltar é a teoria geopolítica das Pan-Regiões de Karl Ernst Nikolaus Haushofer (1986), na qual o general-geógrafo alemão divide o mundo em quatro áreas supercontinentais, que delimitam o espaço vital (*lebensraum*) de potências mundiais. Tais áreas devem ser respeitadas pelas nações-líder entre si, ou seja, uma potência mundial não deve invadir o *lebensraum* de outra e vice-versa.

Em essência, o princípio geopolítico fundante da teoria de Haushofer (1986) é a divisão do mundo em quatro constelações autárquicas supercontinentais autossuficientes em termos de recursos e mercados, a saber: **Pan-América**, área sob o controle dos EUA, compreendendo as Américas do Norte, do Sul e Central; **Euráfrica**, zona sob o domínio do eixo anglo-franco-germânico, compreendendo a Europa Ocidental e a África; **Pan-Rússia**, região sob o acicate da Rússia, compreendendo a antiga URSS e, finalmente, a Pan-Ásia, espaço sob o pálio hegemônico do Japão, abraçando a esfera de co-prosperidade da Ásia Oriental Maior.

Nesse mesmo compasso de inferioridade geopolítica no sentido centro-periferia do sistema mundial, desponta o constructo teórico de Jacques Perruchon de Brochard (1991), doutrinador francês que concebeu a teoria dos blocos ou teoria das casas ou zonas monetárias. Com espeque na obra denominada "A miragem do futuro: a nova ordem internacional" (1991), o eminente autor francês faz a divisão do mundo em quatro *Casas ou Zonas Monetárias*, a saber: Federação das Américas (*Casa do Dólar*); Confederação Euroafricana (*Casa do Euro*), União das Repúblicas Soberanas (*Casa do Rublo*) e Liga Asiática (*Casa do Iene*).

Em linhas gerais, a teoria das casas monetárias defende a ideia de que, em países menos desenvolvidos - sendo que por estes devem ser entendidos todos aqueles que compõem o Sul Global -, não existiria a necessidade de manutenção de moeda própria, na medida em que o *novo sistema monetário internacional* seria regido pelas moedas dos respectivos países controladores das quatro casas monetárias, ou seja, o dólar americano, o euro, o rublo e o iene.

Assim, com base na teoria dos blocos de Jacques Perruchon de Brochard (1991), é necessário ter em conta que cada zona monetária deve ser entendida

como a prática feita pelo país líder responsável pelo seu respectivo “ordenamento monetário regional” (Casa ou Zona Monetária), englobando países dos hemisférios norte e sul. Nesse sentido, como bem destacava o saudoso professor da ESG Coronel Roberto Machado de Oliveira Maфра:

Nos *Blocos* vigorariam as moedas dos países líderes, com o valor por eles controlado, os quais seriam responsáveis, também, pelo intercâmbio entre os *Blocos*. Os países do Sul, pobres, forneceriam as matérias-primas para a produção industrial dos países desenvolvidos do *Bloco* e absorveriam seus produtos industrializados. Estaria, assim, materializado um neocolonialismo, desta vez econômico. (MAFRA, 2006, p. 56).

Em consequência, no âmbito da Federação das Américas, o dólar azul predominaria como moeda supranacional, não cabendo aos demais países do bloco emitir moedas próprias e, sim, acompanhar a política monetária ditada pela nação estadunidense. O mesmo ocorreria nas outras casas monetárias com relação ao Euro (Confederação Euroafricana), ao Rublo (União das Repúblicas Soberanas) e ao Iene (Liga Asiática). Já na operação entre os *Blocos*, seria usado o dólar verde (MAFRA, 2006, p. 56).

Além da teoria das pan-regiões e da teoria das casas monetárias, é importante, ainda, no plano acadêmico, examinar a teoria da tríade, também denominada de teoria do trilateralismo (*Trilateral Commission*), que remonta ao início dos anos de 1970 e tem como precursor o Clube de Roma de 1968.⁸

Com efeito, essa corrente do pensamento trilateral surge com a proposta de desenvolver a concepção de hegemonia compartilhada entre Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, dentro de uma nova perspectiva geopolítica de formação de blocos liderados pelas potências centrais praticantes da democracia liberal. Para tanto, idealizou a formação de um cenário composto de três grandes edifícios geopolíticos, a saber: o bloco americano sob a égide dos EUA e do dólar, o bloco europeu sob o pálio da Alemanha e do marco e,

8 Com rigor, seu mentor intelectual foi Zbigniew Brzezinski, um dos principais estrategistas e conselheiros de segurança nacional do governo americano, desde a Administração de Jimmy Carter na década 1970 até 2017, ano da data de seu falecimento. No entanto, há que se reconhecer que a teoria da tríade ou do trilateralismo foi uma criação da “Comissão Trilateral” formada por intelectuais, empresários e políticos tais como Kissinger (2011) e Rockefeller, além do já citado Brzezinski. Com espreque nas estruturas hegemônicas de poder de Bretton Woods, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), a visão estratégica de Brzezinski vislumbrou a ideia de hegemonia compartilhada envolvendo a formação de três grandes blocos, a saber: blocos americano, europeu e asiático. Tal constructo geopolítico tinha como finalidade a revitalização da economia norte-americana com o auxílio da Europa Ocidental e Japão, bem como das organizações internacionais vigentes naquele contexto histórico (FMI, BIRD, G7, GATT), que se encontrava nebuloso em virtude da síndrome do Vietnã e da primeira crise do petróleo de 1973.

finalmente, o bloco asiático sob o acicate do Japão e do iene.⁹

Portanto, resta a relevância do estudo teórico dessas três grandes escolas da geopolítica mundial, na medida em que fornece os elementos epistemológicos necessários para a plena compreensão do papel da geopolítica brasileira no contexto mundial atual. Com a devida agudeza de espírito, o leitor haverá de concordar que tal tipo de abordagem epistemológica acarreta maior densidade acadêmica no debate atual acerca dos desafios que se apresentam ao projeto geopolítico genuinamente brasileiro.

Assim, é possível dizer que tal tipo de inteligência cria as condições de possibilidade para a construção de um **arquétipo geopolítico autóctone**, com aptidão de gerar o desenvolvimento nacional, sem violar os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito, notadamente o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana.

Com isso, fica mais fácil defender a tese de que a projeção internacional do Brasil perpassa, inexoravelmente, pelo avanço do saber geopolítico nacional, muitas vezes distorcido ou mal compreendido, seja no Congresso Nacional, seja na própria academia pátria, o que dificulta a fixação de um grande projeto geopolítico de desenvolvimento nacional, capaz de conduzir o Brasil ao seu devido lugar no sistema internacional de Estados soberanos.¹⁰

Destarte, no Brasil, não se pode negar a lacuna relativa ao encontro epistemológico da geopolítica e do direito, daí o valor acadêmico do **geodireito** como uma última fronteira científica da geopolítica e do direito.¹¹ É nesse diapasão que Gilberto Bercovici

- 9 Observe que a Teoria da Tríade retirava a União Soviética da cúpula do contexto das nações cêntricas, rebaixando-a a país periférico do bloco europeu. Além disso, os três grandes blocos ficariam diretamente sob a influência dos EUA, única superpotência remanescente do planeta com o fim da Guerra Fria, tendo ainda como auxiliares indiretos as duas outras potências econômicas, o Japão e a Alemanha.
- 10 Não há ainda no Brasil um pensamento acadêmico multi e interdisciplinar, ou até mesmo transdisciplinar, capaz de construir um saber estratégico autônomo. Nesse passo, há que se reconhecer a necessidade de interligar os campos da geopolítica, da filosofia, do direito, da história, da sociologia, da ciência política e de muitos outros fluxos epistemológicos, que confluem para a criação de um denso saber estratégico nacional. Com rigor, não haverá desenvolvimento nacional sem respaldo de estudos avançados multidisciplinares voltados para a concepção de um grande projeto nacional de desenvolvimento, com diretrizes geopolíticas e jurídicas claramente explicitadas em documentos de alto nível e que efetivamente orientem a vida nacional.
- 11 Pode-se definir geodireito como o ramo do conhecimento científico que se destina a examinar as relações epistemológicas entre a geopolítica e o direito (sentido amplo), bem como as relações epistemológicas entre a interpretação constitucional e a grande estratégia nacional (sentido estrito), sistematizando seus vínculos e conceitos em termos de desenvolvimento nacional e plena efetividade dos direitos fundamentais do cidadão comum brasileiro sob a égide de um verdadeiro Estado Democráticos de Direito. Nesse sentido, o geodireito é a base científica do estadista na sua tarefa de promover o desenvolvimento nacional, da mesma forma que é a base científica do juiz na sua tarefa de decidir sobre uma questão geopolítica fundamental do Estado brasileiro. Portanto, o estudioso do tempo presente, independentemente de ser geopolítico ou jurista, deve ser capaz de compreender os laços que unem o direito e a geopolítica. Reconhece-se que esta linha epistemológica é ainda incipiente no Brasil, carecendo, portanto, de maior desenvolvimento científico. No entanto, sem embargo do seu ineditismo no campo acadêmico, pode-se afirmar que o geodireito sempre existiu, pelo menos na sua pretensão de examinar as relações entre a geopolítica nacional e o ordenamento jurídico do país.

captura com precisão a falta de engajamento jurídico-político do princípio constitucional do desenvolvimento nacional, notadamente, quando afirma que:

Podemos jogar o que quisermos na Constituição, se não tivermos um Estado forte, no sentido republicano, para implementar essa Constituição, para poder garantir os direitos, para poder implementar políticas públicas, de nada adianta [...]. Outra questão que ignoramos ultimamente é a questão do desenvolvimento. Sem um Estado que promova uma efetiva política de desenvolvimento, podemos colocar o que quisermos na Constituição, e, infelizmente, estaremos condenados a ficar denunciando o fato de a que Constituição prevê algo que na realidade não se concretiza. (BERCOVICI, 2003, p. 79).

Eis aqui o grande desafio do pensamento acadêmico nacional do tempo presente, qual seja: conceber um arquétipo epistemológico multidisciplinar que harmonize as relações entre a “Grande Estratégia Nacional” e a “Constituição de 1988”. Chega a ser mesmo puro zotismo acadêmico ignorar a projeção do macropoder mundial sobre o ordenamento jurídico dos países de modernidade tardia do Sul Global, como, infelizmente, é o caso do Brasil.

Em essência, a falta de construção de ciência própria voltada para o engrandecimento geopolítico do país, inviabiliza de certo modo a transformação de potencial em poder do Estado brasileiro, como bem destaca Cristina Soreanu Pecequilo:

Quanto mais eficiente for a conversão de poder potencial em real, maior será a possibilidade de um Estado agir no sistema internacional. Mais um exemplo: o Brasil é considerado um dos maiores produtores de matérias-primas e detentor de biodiversidade no mundo, porém o processamento de muitas dessas matérias-primas não é realizado aqui, mas sim no exterior. O Brasil, portanto, possui poder potencial que não consegue converter em poder real, permitindo que outros agreguem valor e consigam domínio a partir de seus recursos, deixando, além disso, muitos dos recursos sem exploração. (PECEQUILO, 2005, p. 57 e 58).

Assim, o leitor haverá de concordar com a ideia de que somente uma elite estrategicamente sofisticada teria capacidade para articular os elementos do Poder Nacional, transformando poder potencial em poder real e projetando o país no concerto das nações, notadamente a partir dos seus **quatro grandes arquétipos geopolíticos fundantes**, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, uma superpotência alimentar, uma superpotência aquífera e uma

superpotência ambiental (superpotência verde).¹²

E mais: certamente não será o geopolítico estrangeiro que conceberá um grande modelo de inserção internacional do Brasil como superpotência ambiental, notadamente, dentro da perspectiva do **geoverdismo**, expressão cunhada por Thomas L. Friedman (2007),¹³ com latitude científica para fazer uso da rica biodiversidade como elemento propulsor do desenvolvimento sustentável da região amazônica, sem violar os acordos e convenções internacionais de proteção do meio ambiente.

Urge, pois, fixar as bases de um *corpus epistêmico-geopolítico* autóctone, com grau de ordem e racionalidade que permita a maximização do desenvolvimento nacional sem violação dos cânones do Estado de Direito. Para tanto é necessário planejar e agir, o que evidentemente ressalta a força de uma geopolítica independente.

Nesse sentido, em obra denominada *Geopolítica e poder*, Golbery do Couto e Silva já destacava o verdadeiro papel do geopolítico, comparando-o com o porco espinho, que diferentemente da raposa que sabe muitas coisas, sabe apenas uma grande coisa, a força que lhe empresta a geopolítica no planejar e no agir, *verbis*:

[...] o eminente escritor inglês Isaiah Berlin traçou notável paralelo entre os que tudo sabem relacionar a uma visão unitária do mundo e aqueles que, frente à variedade surpreendente que se lhes desdobra ante os olhos, numa atitude centrífuga e mesmo difusa, nem buscam estabelecer relações unificadoras, de integração e hierarquização entre os fins que perseguem, as ideias que defendem, as experiências que vivem, as cousas que manipulam.
“A raposa sabe muitas coisas, mas o porco-espinho sabe uma grande coisa,” dissera o poeta grego [Arquiloco].

12 Com efeito, como bem destaca Golbery do Couto e Silva: “O Conceito Estratégico Nacional-CEN é a diretriz fundamental que, em dado período, deve nortear toda a estratégia da nação, com vistas à consecução ou salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos que se manifestem ou possam a vir manifestar-se, tanto no campo internacional, como até mesmo no âmbito interno do país. Ora, em sentido amplo, a estratégia de uma nação confunde-se, conforme já vimos, com a própria política de segurança nacional, responsável esta: - de um lado, pela preparação no devido tempo e conveniente adequação do instrumento integral da ação estratégica - o poder nacional - mediante a elevação ou fortalecimento do potencial da nação e sua transformação oportuna em poder efetivo” (SILVA, 2003, p. 537).

13 Diz Thomas Friedman (2007), in verbis: “Mais precisamente, necessitaríamos de uma nova abordagem estratégica, tanto para conservação quanto para desenvolvimento de energias limpas e renováveis, apoiada por uma nova coalizão. Esta é uma filosofia que eu gostaria de chamar de “geo-verdismo”. Nós, geoverdes, procuramos unir num único movimento político ambientalista que querem reduzir o uso de combustíveis fósseis que causam mudanças climáticas, evangélicos que querem proteger o planeta verde de Deus e toda a Sua criação e geoestrategistas que querem reduzir nossa dependência em relação ao petróleo cru, porque ele alimenta os piores regimes no mundo” (FRIEDMAN, 2007, p. 469).

Pois o verdadeiro geopolítico é, afinal, como o porco-espinho. Pode não saber muito, mas sabe uma coisa importante. Essa, a força que lhe empresta a geopolítica, com sua perspectiva vigorosa, parcial sem dúvida, sempre incompleta, esquemática até, por vezes fanática, mas afinal unificadora e classificadora de uma realidade cambiante e complexa, em que, a despeito de tudo, é preciso planejar e agir. (SILVA, 2003, p. 170).

E assim é que geopolítica e poder devem estar em consonância com o sentimento constitucional de desenvolvimento social e econômico, não se admitindo mais aquela vetusta imagem autopoietica positivista, fechada em si própria, sem acoplamento conceitual dos diferentes fluxos epistemológicos, notadamente da geopolítica e do direito.

Ao contrário, é tarefa do jurista/estrategista brasileiro superar o atraso científico que nos separa dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos da América, cuja Grande Estratégia (*National Security Strategy*) tem o poder de moldar a ordem internacional; repita-se por fundamental: a estratégia de um único país direcionando e comandando o contexto mundial.

É nessa linha de pensamento que, na esteira da cosmovisão de Paul Kennedy, depreende-se a ideia de que *without strategy there is only drift*,¹⁴ ou seja, na falta de uma estratégia nacional existe apenas a especulação de um exercício, sem cientificidade e sem garantias de resultados previsíveis.¹⁵

Assim, dos estudos realizados até aqui, constata-se facilmente a linha periférica que vem caracterizando a América do Sul no seio das teorias geopolíticas contemporâneas, o que naturalmente não se coaduna com a dimensão político-estratégica do Brasil. Com efeito, admitir relações geopolíticas verticalizadas é fator impeditivo para o Brasil prosperar em ritmo próprio, não dependente de interferência de potências cêntricas.

Em visão crítica dessas teorias da geopolítica mundial, há que se promover a projeção do poder nacional brasileiro em cenários regionais, continentais e até

14 CERAMI, Joseph; HOLCOMB, James. Strategic Studies Institute. US Army War College, february, 2001, p.1.

15 Nesta mesma linha de raciocínio, destacando a síntese do determinismo alemão ratzeliano e do possibilismo francês vidal blacheniano, Mario Travassos já mostrava que: "A moderna Ciência Geográfica não é outra coisa mais que a velha Geografia desdobrada em todas as suas possíveis manifestações, de que resultou seu completo rejuvenescimento. De um lado, os processos de investigação de Ratzel -" o chefe da escola alemã - cujas leis e princípios chegam quase a beirar o abismo determinista. De outro, os processos de investigação de Vidal de la Blache - o chefe da escola francesa - o autor das monografias sobre fatos locais, o pesquisador das exceções às leis e aos princípios ratzelianos. Desse binário é que surgiu, em verdade, a Ciência Geográfica moderna cuja substancial virtude está em distinguir os fatos geográficos, propriamente ditos, dos fatos humanos com aqueles relacionados pelas atividades sociais, econômicas e políticas do homem, por sua vez considerado fator geográfico por excelência" (TRAVASSOS, 1953, p. 27).

mesmo globais. Portanto, urge ao pensamento geopolítico brasileiro assumir a liderança benigna da América do Sul, colocando-a em rumo de autonomia no cenário internacional, traçando seu próprio destino. Inobstante as dificuldades inerentes à integração sul-americana, o Brasil deve perseguir tal meta, uma vez que o ideal americanista está na raiz da geopolítica do Brasil. Nesse sentido, Meira Mattos já destacava, com precisão, que:

Quando se fala em pan-americanismo, surgem logo os nomes de Bolívar e Monroe. Seria repetir injustiça, o que não desejamos, omitirmos entre os precursores da ideia pan-americanista o nome brasileiro de Alexandre de Gusmão, notável diplomata e irmão do cientista Bartolomeu Gusmão, o “padre voador”. Mais de meio século antes de Bolívar e Monroe, o diplomata santista, na qualidade de conselheiro da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do rei de Portugal, d. João V, concebeu e redigiu o Tratado de Madri (1750), no qual, pela primeira vez, se proclama que a sorte da América deveria ser decidida pelos americanos. Realmente, no Tratado de Madri, estabelecem de comum acordo suas Majestades Fidelíssima e Católica que, se chegasse a romper a guerra entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassallos, de ambas, estabelecidos em toda América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus aliados. A letra e o espírito desse artigo revelam, de forma inconfundível, a concepção americanista antecipada e profunda do genial estadista brasileiro do século XVII. (MATTOS, 2011, p. 63).

Já Golbery do Couto e Silva ensina que:

E cumpre-lhe [Brasil], ainda, no âmbito mais circunscrito da América Latina e, em particular, da América do Sul, estreitar os laços de cooperação internacional, participando, ativa e generosamente, da solução dos graves problemas com que se defrontam os povos das diversas áreas geopolíticas internacionais de que participamos, em todas, com amplas parcelas de nosso território e significativo contingente humano. (SILVA, 2003, p. 170).

Destarte, estabelecer as bases de um conceito geopolítico autóctone, negador das ideias de Pan-América, Federação das Américas ou Bloco Americano, parece ser o passaporte para a tão sonhada inserção internacional competitiva do Brasil no mundo globalizado. O apotegma é simples, não há outro caminho a trilhar: ou o Brasil assume a liderança benigna da América do Sul ou vê seu sonho de potência global esvair-se.

Com efeito, Golbery do Couto e Silva, com a maestria reflexiva que lhe era peculiar, já se preocupava em traçar as linhas mestras da integração regional, continental e global do Brasil, valendo dessarte reproduzir suas palavras, *verbis*:

A Geopolítica Brasileira deve caracterizar-se, sobretudo, como: geopolítica de integração e valorização espaciais; geopolítica de expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior; geopolítica de contenção, ao longo das linhas fronteiriças; geopolítica de participação na defesa da Civilização Ocidental; geopolítica de colaboração continental; geopolítica de colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além-mar e geopolítica de segurança em face da dinâmica própria dos grandes centros externos do poder. (SILVA, 2003, p. 546).

É por isso que, em sentido acadêmico, ganha relevância a teorização feita pelo Coronel Roberto Machado de Oliveira Mafra da Escola Superior de Guerra ao engendrar a sua Teoria do Quaterno. Seu grande mérito repousa na ideia-força de que o Brasil e os demais países latino-americanos não devem aceitar tratamento inferiorizado por parte dos demais blocos ou lideranças mundiais.¹⁶

Muito embora a concepção do quaterno do eminente professor da ESG seja a melhor trajetória a seguir, notadamente, nos termos do parágrafo único, do artigo quarto, da Constituição de 1988, que estabelece a busca pela formação de uma comunidade latino-americana de nações, acredita-se que tal constructo geopolítico seja de difícil execução a médio ou curto prazos.¹⁷

Assim sendo, conjectura-se como melhor solução geopolítica a redução do espaço vital do Brasil para o subcontinente sul-americano. Isto não significa dizer que a integração sul-americana seja o imperativo categórico da geopolítica brasileira do século XXI.

Ao contrário, a busca pela integração sul-americana é apenas o ponto de partida de um projeto geopolítico brasileiro muito mais amplo e que se projeta sobre as estruturas do macropoder mundial, notadamente os Estados Unidos, a União Europeia e a China.

16 Isto significa dizer que o mundo será dividido, a partir do primeiro quartel do século XXI, em quatro grandes conjuntos geopolíticos, a saber: o bloco norte-americano, o bloco europeu, o bloco asiático e o bloco latino-americano. Este último bloco seria, inicialmente, integrado pelos países da América do Sul, sendo, ao depois, acrescidos os demais países latino-americanos das Américas Central e do Norte e finalmente os da região do Caribe. (MAFRA, 2006, p. 66).

17 Com efeito, a implementação da Teoria do Quaterno é de difícil exequibilidade. Sob este aspecto, basta constatar que o México já se encontra fortemente vinculado aos EUA e ao Canadá, da mesma forma que os países do Caribe e da América Central estão mais próximos estrategicamente dos EUA do que a qualquer outro país sul-americano. Portanto, é correto dizer que a integração do espaço geopolítico da América Latina no mundo globalizado se encontra no limiar da intangibilidade.

Eis aqui o núcleo fundante da geopolítica brasileira do século XXI: a construção de um arquétipo de fortalecimento da América do Sul face aos três grandes polos de atração do poder mundial, daí a importância da reaproximação estratégica com os Estados Unidos, o avanço do acordo Mercosul-União Europeia e o acoplamento à iniciativa chinesa do Cinturão Econômico e da Rota da Seda Marítima.

Portanto, em tempos de estatalidade pós-Guerra Fria, geopolítica e globalização mesclam-se de tal maneira que passam a formar um todo epistemológico, que desafia geopolíticos e estrategistas da era contemporânea.

Nesse sentido, Parag Khanna (2008) destaca, com precisão, a interação entre duas forças históricas mundiais que ele [Toynbee] percebeu intuitivamente, sem chegar a lhes dar nome: a geopolítica e a globalização. A Geopolítica é a relação entre poder e espaço. Globalização remete à ampliação e ao aprofundamento das ligações entre os povos do mundo por meio de todas as formas de troca. (KHANNA, 2008, p. 9 e 10).

Em consequência, é preciso compreender que o fenômeno da globalização da economia não é mero mecanismo de regulação do comércio internacional, nem tampouco instrumento de promoção de cooperação internacional pela sua própria natureza, mas, sim, um instrumento de disputa de poder global.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico procurou analisar a evolução do pensamento geopolítico da Escola Superior de Guerra e seu papel na formulação de políticas públicas atreladas ao desenvolvimento nacional. Pela sistematização efetuada das grandes teorias da geopolítica contemporânea, foi possível perceber que a inserção internacional de um país deve ser ato soberano sem limitações e interferências advindas de fatores externos ao sentimento constitucional de desenvolvimento nacional.

Como visto alhures, compreendendo bem a real dimensão político-estratégica do Brasil, Golbery do Couto e Silva, em sentido figurado, destacou que o verdadeiro geopolítico é como o porco-espinho, que muito embora não saiba muitas coisas, sabe, entretanto, uma grande coisa: é preciso planejar e agir com a força que lhes empresta a geopolítica. Ou seja, geopolítica é poder, geopolítica é defesa, geopolítica é geopolítica.

Ora, nesse sentido, é de sabença geral que os geopolíticos da ESG, sempre reputados como os melhores articuladores do desenvolvimento social e econômico do país, foram mestres, cuja cosmovisão nunca deixou de compreender as relações hegemônicas de poder entre as nações, à luz dos condicionamentos geopolíticos e jurídicos que, hoje em dia, perfazem o avançado e complexo conceito de geodireito, muito embora nunca tenham feito referência direta ao termo.

Sem dúvida, como visto alhures, as primeiras reflexões que fazem os mais abalizados mestres da geopolítica da ESG, notadamente, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e muitos outros, são relativas ao pan-americanismo, ao expansionismo para o interior (desenvolvimento da hinterlândia brasileira), ao controle do *heartland* sul-americano e seu núcleo duro andino-boliviano, à integração das bacias Amazônica e do Prata e dos oceanos Pacífico e Atlântico, à integração e valorização espaciais, à pan-amazônia, à projeção pacífica no exterior, à defesa da civilização ocidental e sua ressignificação antropológica tropical e à colaboração continental, notadamente a sul-americana.

De tudo isso se vê, por conseguinte, que, em patamar mais elevado de investigação científica, a geopolítica brasileira do século XXI bebe na fonte da integração sul-americana, sem descurar da cooperação multilateral com as estruturas do macropoder mundial, daí a necessária flexibilidade estratégica para acomodar tais arquétipos de inserção internacional.

É nesse sentido que estadistas, legisladores e juristas têm a tarefa comum de ressignificar o paradigma de desenvolvimento nacional, considerando agora novas variáveis na sua equação geopolítica, tais como o fenômeno da desglobalização, a guerra comercial dos gigantes estadunidense e chinês, a consolidação de estruturas anti-hegemônicas de poder mundial etc. Ora, em sentido amplo, a estratégia de uma nação confunde-se, conforme visto, com a própria política de desenvolvimento nacional, responsável pela consecução dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro.

Portanto, o futuro paradigma de desenvolvimento nacional do Brasil vai ter que repensar a sua forma de atuação internacional. Deitado em berço esplêndido por muito tempo, o gigante brasileiro, pela própria natureza, país de perfil continental e atlântico, quiza pacífico, não logrou materializar um projeto geopolítico genuinamente autóctone de desenvolvimento ininterrupto, sem saltos de estagnação e retrocesso econômico-social.

Em conclusão, urge ao Brasil afastar a sua postura geopolítica introspectiva e recuperar o tempo perdido, assumindo a liderança benigna da América do Sul que lhe é geopoliticamente natural. Neste mister, há de se construir um constructo geopolítico sul-americano que privilegie a exploração das vocações naturais das suas diversas sub-regiões e que potencialize as intercomplementaridades de comércio intracontinental.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Antônio de. *ESG, história de sua doutrina*. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1980.

BERCOVICI, Gilberto. *In: Canotilho e a constituição dirigente*. Organizador Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BROCHARD, Jacques Perruchon de. *A miragem do futuro*. A nova ordem internacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The choice: global domination or global leadership*. New York: Basic Books, 2004.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Second chance: three presidents and the crisis of american superpower*. New York: Basic Books, 2007.

CABRAL, Severino Bezerra. *Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARR, Edward H. *Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASTRO, Therezinha de. *O Brasil e a Nova Ordem Mundial: enfoque geopolítico (Integração de Grupos Regionais e Sub-Regionais na América do Sul – sua Projeção para o século XXI)*. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 35, p. 26-31, 1997.

CERAMI, Joseph; HOLCOMB, James. *Strategic Studies Institute*. [S.l.]: US Army War College, 2001.

CORVISIER, André. *Dictionnaire d'art et d'histoire militaires*. Paris: PUF, 1988.

DUARTE, Luiz Claudio. Os intelectuais da Escola Superior de Guerra e a vitória do Ocidente: do júbilo ao desconforto. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1. sem. 2014.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano*. Uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica mundial e america's grand national strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v.24, n.3, set. /out., 2018. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/762/pdf>.

- GÓES, Guilherme Sandoval. A nova ordem mundial na era pós-bipolar. *Cadernos de Estudos Estratégicos* (Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra), Rio de Janeiro, n.1, p. 134-175, jul., 2006.
- HAUSHOFER, Karl. *De la geopolitique*. (Adaptação e Prefácio de Jean Klein). [S.l.]: Ed. Fayard, 1986.
- HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Forense Universitária: USP,1975.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KHANNA, Parag. *O segundo mundo: impérios e influência na nova ordem global*. São Paulo: Intrínseca, 2008.
- KISSINGER, Henry. *Ordem mundial*. Tradução de Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica: introdução ao estudo*. São Paulo: Sicureza, 2006.
- McNAMARA, Robert. *A essência da Segurança*. São Paulo: Ibrasa,1968.
- MATTOS, Carlos de Meira. O Conflito da Globalização. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 34, p. 97-101, 1997.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. v.1
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 57 e 58.
- PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- RAMONET, Ignácio. *A geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ROGIN, Josh. An early look at Obama's National Security Strategy. *In: Foreign Policy*, The Cable, may 2010.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

TRAVASSOS, Mario. *Introdução à geografia das comunicações brasileiras*. (Ensaio). Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio. 1942.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *O pensamento autoritário brasileiro e as relações internacionais: a crise do entre guerras na obra de Francisco Campos*. 1983. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à política externa independente*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.